

Estatísticas do Ambiente

2014

Qualidade do ar e água com níveis elevados; produção de resíduos aumenta 11%

Em 2013, num contexto socioeconómico marcado pela contração da atividade económica assistiu-se em geral a uma melhoria dos indicadores ambientais. O índice de qualidade do ar, medido nas estações de rede de monitorização, contabilizou em 2013 mais de 80% dos dias com qualidade do ar entre “bom” e “muito bom”. A qualidade da água para consumo humano, medida através do indicador água segura, alcançou em 2013 um valor de 98,2%. Em sentido oposto, a quantidade de resíduos gerada em 2013 aumentou cerca de 11%, com as emissões deste setor a evoluírem a uma taxa de crescimento médio anual de 1,4% desde 1990.

O INE divulga em suporte digital Publicações as “[Estatísticas do Ambiente](#)”, cujo período de referência é maioritariamente o ano de 2013. Esta publicação está organizada em 14 capítulos, com textos de análise económica, financeira e física bem como quadros estatísticos, figuras e mapas. Neste destaque apresenta-se uma síntese dos principais indicadores, tendo-se recorrido ao modelo DPSIR (Driving Forces, Pressure, State, Impact, Response), desenvolvido pela Agência Europeia do Ambiente e que tem por base uma análise sistémica das relações entre o sistema ambiental e o sistema humano e económico, refletindo a interação entre estes sistemas numa base de causa efeito (EEA, 1999).



Em 2013 continuou a verificar-se uma contração da atividade económica mas a um ritmo mais moderado que nos dois anos anteriores. Efetivamente assistiram-se a variações negativas mas menos intensas do consumo privado, consumo público e investimento. É também de assinalar a redução da taxa de inflação, aumento dos custos de trabalho e nova diminuição da população residente caracterizam o contexto socioeconómico e a matriz demográfica de Portugal em 2013. Na União Europeia (UE-28), as tendências foram semelhantes (variação nula do PIB, desaceleração da taxa de inflação e aumento da taxa de desemprego) mas menos acentuadas. A exceção foi a população residente que continuou a aumentar.

Figura 1 - Contexto socio-económico 2006-2013

	unidades	2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013	
		PT	UE	PT	UE	PT	UE	PT	UE	PT	UE	PT	UE	PT	UE	PT	UE
PIB (volume)	% (taxa de variação)	16	3,4	2,5	3,1	0,2	0,5	-3,0	-4,4	19	2,1	-18	17	-3,3	-0,4	-14	0,0
Consumo Privado	"	15	17	2,4	17	14	0,7	-2,4	-0,4	2,5	0,6	-3,7	0,1	-5,2	-0,4	-14	0,0
Consumo Público	"	-0,2	0,4	0,6	0,4	0,4	0,5	2,6	0,4	-13	0,2	-3,8	0,0	-4,3	0,0	-19	0,1
FBCF	"	-0,8	1,2	3,1	13	0,4	-0,1	-7,6	-2,7	-0,9	0,0	-12,5	0,4	-15,0	-0,5	-6,3	-0,3
Exportações (FOB)	"	12,4	3,3	7,3	2,3	-0,3	0,6	-10,2	-4,6	9,5	3,7	7,0	2,6	3,1	0,9	6,4	0,9
Importações (FOB)	"	7,5	-3,2	5,4	-2,4	2,5	-0,4	-9,9	4,5	7,8	-3,3	-5,8	-1,6	-6,6	0,2	3,6	-0,5
Necessidade de financiamento das AP	%(percentagem do PIB)	69,2	X	71,7	X	96,2	X	124,8	X	0,0	-6,4	0,0	-4,5	0,0	-4,2	0,0	-3,2
Dívida pública ⁽¹⁾	"	0,0	X	0,0	X	0,0	X	0,0	X	0,0	78,2	0,0	80,8	0,0	83,5	0,0	85,4
Taxa de inflação (IPC)	% (taxa de variação)	3,0	2,2	2,4	2,3	2,7	3,7	-0,9	10	14	2,1	3,6	3,1	2,8	2,6	0,4	15
Custo do trabalho por unidade produzida (nomín.)	"	0,7	0,7	1,0	X	2,8	X	2,7	X	-12	X	-2,0	X	-2,9	X	1,9	X
Taxa de desemprego	%	7,6	8,2	8,0	7,2	7,6	7,0	9,4	8,9	10,8	9,6	12,7	9,6	15,5	10,4	16,2	10,8

Fonte: INE, Contas Nacionais (Base 2011; 2012 e 2013 - dados preliminares; informação disponível em 29/09/2013), IPC (base 2012) e Taxa média de desemprego (Séries 1998 e 2011).

⁽¹⁾ - Para 2012 e anos anteriores, a compilação da capacidade / necessidade líquida de financiamento é efetuada pelo INE e a dívida bruta é compilada pelo Banco de Portugal.

Dado o impacto variável das atividades económica no ambiente, interessa avaliar o seu desempenho relativo.

Ano	2007		2008	2009	2010	2011	2012 P e	2013 P e	
VAB por Ramo de Atividade (%)	Estrutura	taxa de variação em volume anual							Estrutura
Agricultura, silvicultura e pesca	2,0	-4,2	3,5	-3,4	0,6	0,8	-13	2,7	2,2
Indústria	14,1	2,5	-2,4	-11,0	6,8	0,6	-2,1	0,7	13,7
Energia, água e saneamento	3,2	13	0,2	4,8	-1,6	-2,3	-19	19	3,3
Construção	7,3	18	-4,4	-11,0	-6,4	-6,5	-14,7	-13,1	4,2
Comércio e reparação de veículos; alojamento e restauração	13,3	1,1	-0,9	0,2	3,2	-0,5	-1,6	0,5	19,3
Transportes e armazenagem; atividades de informação e comunicação	8,0	6,7	2,5	-2,9	1,5	1,7	-12	-0,8	8,5
Atividades financeiras, de seguros e imobiliárias	16,4	5,5	3,2	0,5	2,3	0,6	-0,6	-13	18,1
Outras atividades de serviços	30,7	2,6	19	-0,7	10	-3,0	-2,9	-13	30,7

Fonte: INE, Contas Nacionais (Base 2011; Pe - dados preliminares)

Com sucessivas taxas de variação negativas a partir de 2008, o VAB do ramo da Construção foi o agregado que perdeu mais importância na composição do VAB total, passando de 7,3% em 2007 para 4,2% em 2013. As atividades financeiras, de seguros e imobiliárias observaram taxas de variação positivas até 2010 e negativas em 2012 e 2013, mas ainda assim contribuíram, face a 2007, com mais 0.7 p.p. para o VAB total. O Ramos da agricultura foi o que apresentou a taxa de variação positiva mais expressiva em 2013, tendo contribuído para o VAB total com mais 0.2 p.p. face a 2007. A segunda maior taxa de variação positiva em 2013 ocorreu no ramo da indústria, sucedendo a três anos consecutivos de taxas de variação negativas, que face a 2007 aumentou em apenas 0.1p.p. a sua importância no VAB total.

Uma das principais forças motrizes que atualmente está a provocar mudanças significativas no meio ambiente reside nas tendências demográficas, que na atual conjuntura acabam por diminuir as pressões sobre o ambiente. De facto, as tendências demográficas apontam para uma desaceleração do crescimento populacional, que nos últimos anos se traduziu já num decréscimo populacional, associado a um continuado processo de envelhecimento demográfico.

Figura 3 - Variação populacional e suas componentes, Portugal

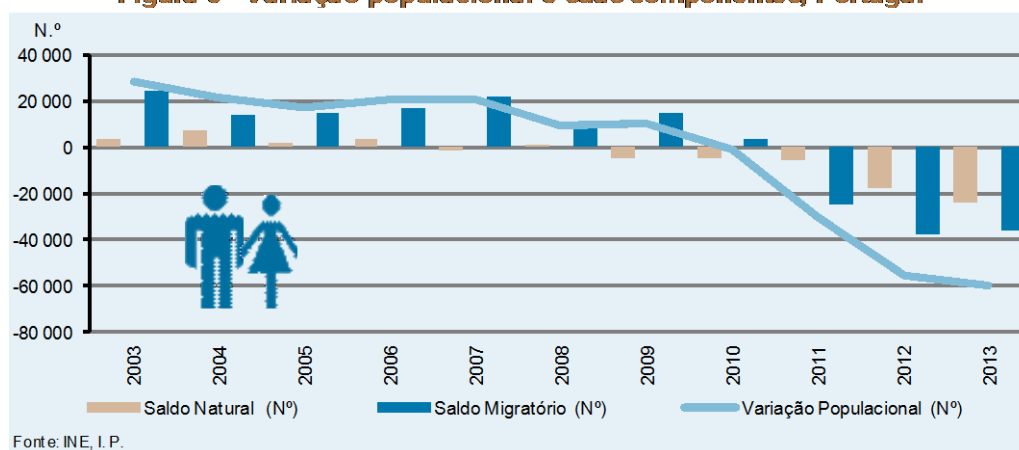
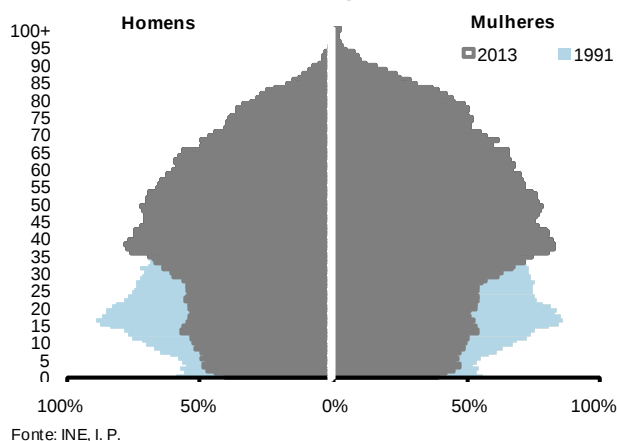


Figura 4 - Pirâmides etárias, 1991 e 2013, Portugal



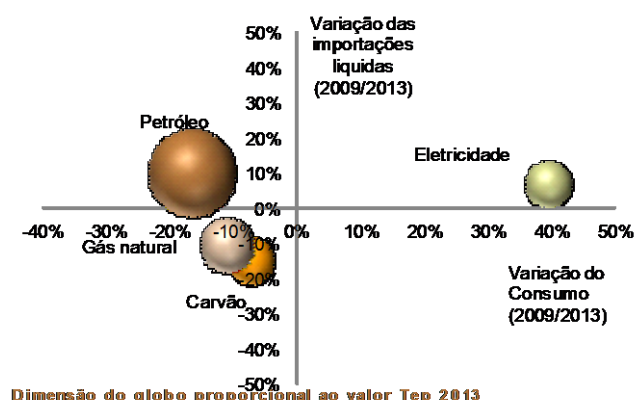
A população residente em Portugal aumentou progressivamente de 2000 a 2009, ano em que atingiu o máximo de 10 573 479 pessoas. Apesar do aumento da população, verificou-se um abrandamento do crescimento demográfico neste período, com a população a decrescer consecutivamente de 2000 a 2005. Só em 2012 a população residente perdeu quase 60 000 habitantes, fixando-se a 31 de dezembro de 2013 em 10 427 301 pessoas. Para este decréscimo contribuiu o saldo natural de -23 756 pessoas (-17 757 em 2012) e sobretudo o saldo migratório de -36 232 indivíduos (-37 352 em 2012).

Fontes renováveis mais que compensam o aumento de 1,0% do consumo energético em 2013. Geração de resíduos aumenta 11,1% face a 2012. Diminuição do sequestro líquido ocorrida em 2012, a mais baixa desde 2006, indicia uma desaceleração do ritmo de decréscimo do potencial de efeito de estufa.

O setor da energia é o principal emissor de gases de efeito de estufa (GEE), tendo contribuído em 2012 com 69,4% das emissões nacionais (71,4% em 2011). Este setor tem um forte impacto ambiental, quer pela ligação ao consumo de combustíveis fósseis com uma disponibilidade finita como o petróleo, quer essencialmente por gerar, através do

consumo destes combustíveis, um nível considerável de emissões de GEE, em particular de dióxido de carbono (CO₂), que estão diretamente relacionadas com as alterações climáticas.

Figura 5 - Consumo de energia primária por fonte energética (2009/2013)



Em 2013, o consumo de energia primária em Portugal foi de 21 704 ktep, mais 1,0% que em 2012 (21 482 ktep). No entanto, no período em análise (2009/2013) a oferta energética decresceu. Para este resultado contribuiu a diminuição do consumo de energia primária no quadriénio 2009/2012 (-10,2%), promovido essencialmente pelo decréscimo do consumo de petróleo (-19,4%).

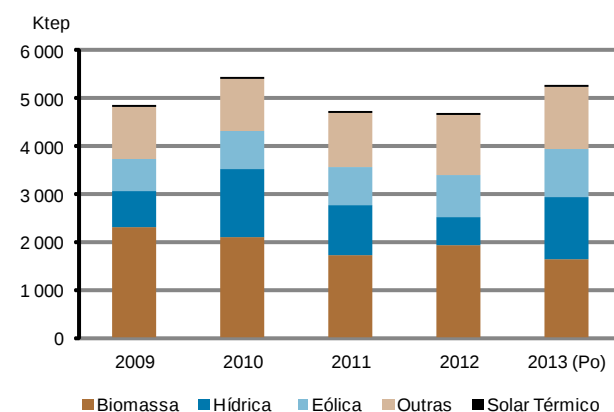
As importações líquidas de energia primária decresceram progressivamente entre 2009 e 2013 a uma taxa de variação média anual de 4,2%. De referir que, apesar do aumento do consumo de energia primária em 2013, as importações líquidas diminuíram 5,7% devido ao aumento do consumo de energias renováveis (+19,6% em 2013 que compara com +3,2% em 2012).

A ventilação por fonte energética permite constatar que, apesar da tendência de decréscimo, a dependência do petróleo continua a ser muito elevada (44,4% em 2013, que compara com 46,3% para a média 2009-2013). O gás natural surge como a segunda fonte energética mais consumida em 2013 com 17,4% (18,4% em 2012), seguido do carvão com 12,2% (13,6% em 2012).

Portugal é rico em alguns recursos endógenos (água, vento, sol, biomassa) e não possui reservas de energias fósseis, o que justifica a aposta nas energias renováveis e na eficiência energética.

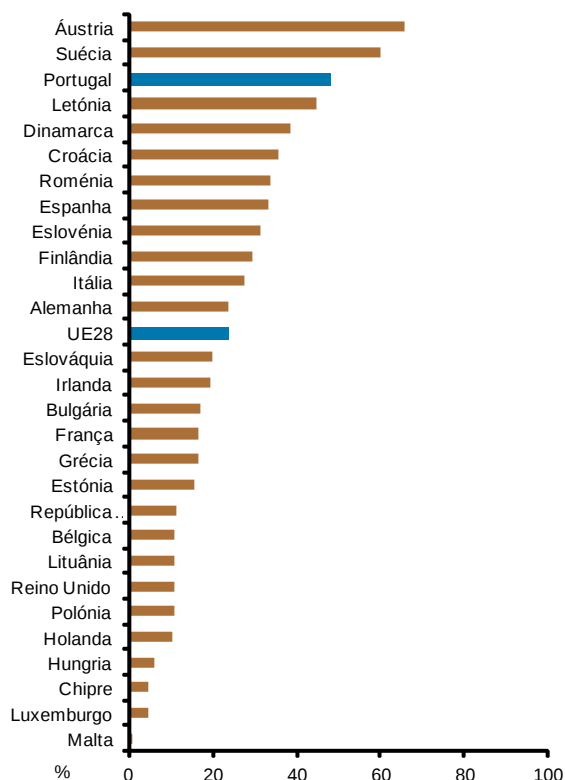
Em 2013, a potência instalada de energias renováveis para produção de energia elétrica em Portugal ascendia a 11 311,80 MW (11 052,33 MW em 2012), 48,9% correspondente à potência instalada em energia hídrica, seguindo-se a energia eólica com uma quota de 41,8%. A potência total instalada em Portugal registou uma taxa de crescimento médio anual, entre 2009 e 2013, de 5,6% para o que foi determinante o crescimento da potência instalada de energia eólica, que apresentou um ritmo médio anual de crescimento de 7,3%.

Figura 6 - Proporção de fontes renováveis no consumo de energia primária



A contribuição das fontes renováveis endógenas correspondeu em média (2009-2013) a 22,4% e a 48,8% do consumo total de energia primária e da produção total de eletricidade, o que faz de Portugal uma referência ao nível do contexto europeu.

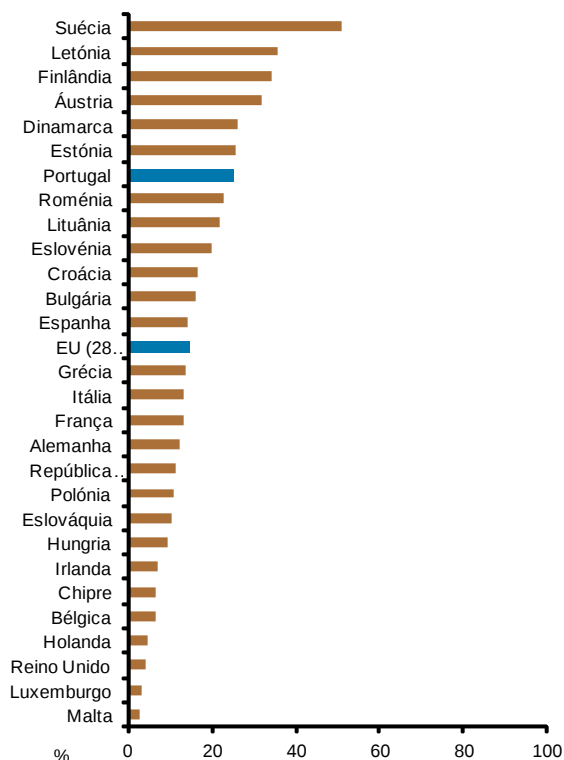
Figura 7 - Eletricidade gerada a partir de energias renováveis, por países da UE28 - 2012



Fonte: EUROSTAT

NOTA: %do consumo bruto de eletricidade

Figura 8 - Proporção de energias renováveis no consumo final de energia, por países da UE da UE28 - 2012

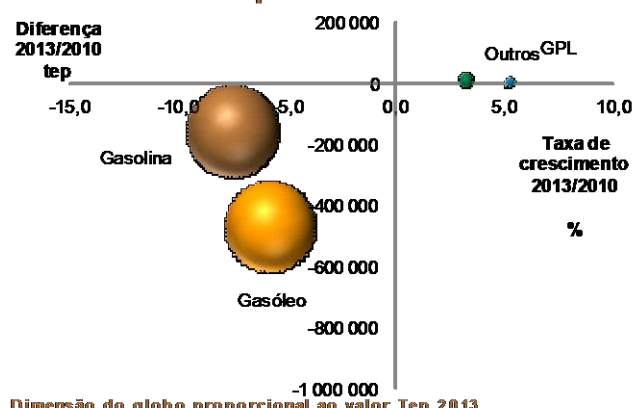


Fonte: EUROSTAT

Em 2012 (último ano para o qual existe informação disponível para a UE-28), Portugal apresentava a sétima maior quota de energias renováveis na UE-28. A percentagem de energia de fontes renováveis representava, em 2012, 14,1% do consumo final bruto de energia na UE-28 (12,9% em 2011) e 24,6% em Portugal (24,5% em 2011). Relativamente à produção de eletricidade a partir de fontes de energia renováveis (E-FER), Portugal apresentava em 2012 uma taxa de incorporação de 47,6%, a terceira maior da UE-28, depois da Áustria (65,5%) e da Suécia (60,0%), e muito acima da média europeia (23,5%).

No quadriénio 2010-2013, constata-se um decréscimo do consumo dos principais combustíveis usados no transporte rodoviário. O consumo de gasóleo revela um decréscimo médio anual de 5,8% e a gasolina de 7,5%. Embora marginal é de referir o crescimento médio anual de 5,3% do consumo de Gás de Petróleo Liquefeito (GPL). Em 2013, por cada automóvel movido a GPL ou outro combustível, estavam em circulação cerca de 63,9 veículos movidos a gasóleo (68,3 em 2012) e 40,8 veículos movidos a gasolina (44,5 em 2012).

Figura 9 - Consumo de combustíveis no transporte rodoviário



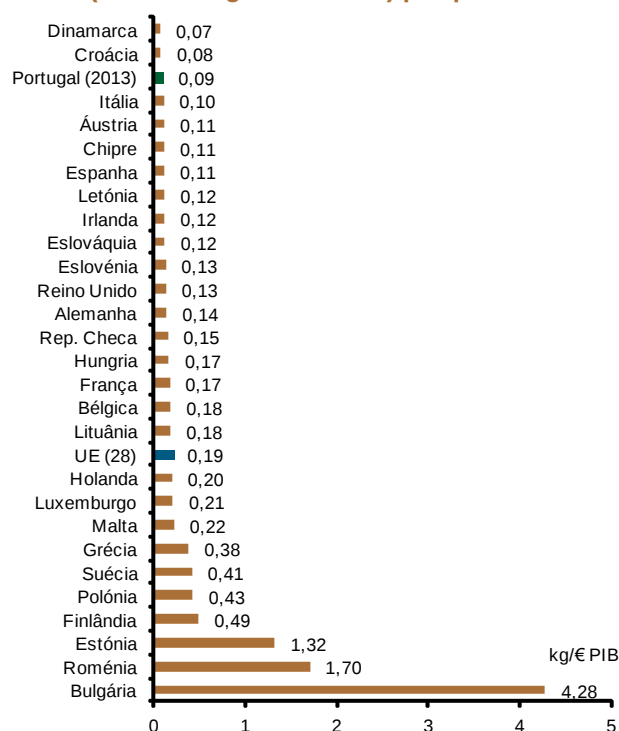
Dimensão do globo proporcional ao valor Tep 2013

Fonte: INE, I.P.

Em 2013 foram gerados em Portugal 15,8 milhões de toneladas de resíduos (urbanos e setoriais), o que corresponde a um acréscimo de 1,6 milhões de toneladas (+11,1%) relativamente a 2012.

O rácio obtido a partir das quantidades de resíduos gerados por unidade do PIB é frequentemente usado para traduzir o grau de eficiência da economia em geral, que será tanto mais eficiente quanto menor for a quantidade de resíduos gerados por unidade de PIB. Contudo, esta leitura deverá ser efetuada com cautela uma vez que há que ter em conta o grau de desenvolvimento de uma sociedade (consensualmente, uma sociedade mais evoluída gera mais resíduos urbanos) e o tipo e grau de industrialização (a produção e tipologia dos resíduos setoriais está dependente destas variáveis).

Figura 10 - Resíduos gerados (a) por unidade de PIB (resíduos kg / PIB euros) por países da EU



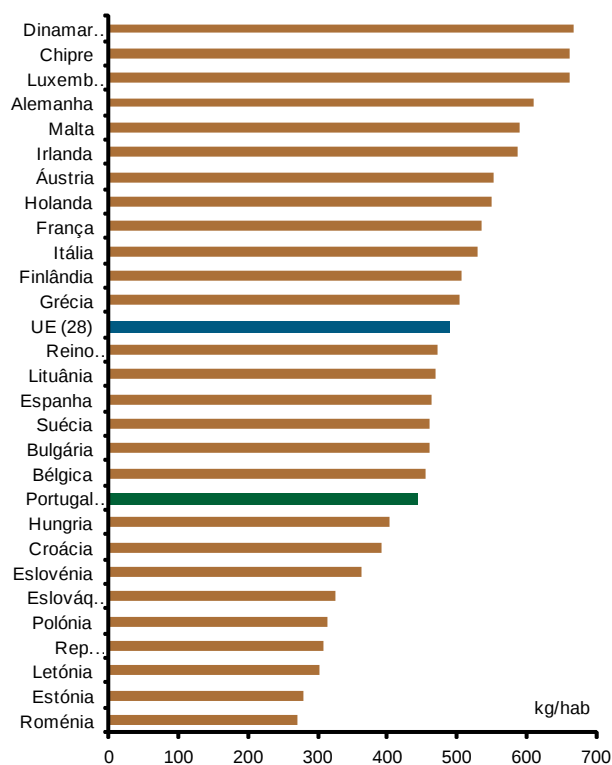
Fonte: EUROSTAT

(a) Resíduos urbanos e setoriais.

A leitura deste indicador para a UE-28 coloca Portugal com o terceiro valor mais baixo deste indicador. A posição de Portugal justifica-se pelo facto de ser o nono Estado-Membro com menor produção de resíduos, sendo que a geração de riqueza o coloca sensivelmente a meio da tabela da UE-28 (15ª posição). Dinamarca, com praticamente metade da população portuguesa e um PIB 1,4 vezes superior ao nacional, lidera este indicador pelo facto de produzir um volume de resíduos próximo do gerado por Portugal, mas apresenta o 11º maior PIB da UE-28. A Croácia, com 40,6% da população residente nacional e um PIB quatro vezes inferior ao de Portugal, secunda este ranking sendo o 4º país na UE-28 com menor produção de resíduos e um PIB que o coloca na 20ª posição da UE-28. No outro extremo posiciona-se a Bulgária, que com uma população residente cerca de 2/3 da população portuguesa, é o sétimo maior produtor de resíduos na UE-28, apresentando o sétimo PIB mais baixo da UE-28.

Em 2013 foram geradas em Portugal 4,6 milhões de toneladas de Resíduos Urbanos (RU), menos 3,5% face a 2012. No período 2009-2013, verificou-se uma tendência de decréscimo, com a produção de RU a apresentar uma redução de 4,4% em termos médios anuais, decrescendo no quinquénio 900 mil toneladas, partindo de um máximo de 5,5 milhões (2009). Para esta tendência contribuiu decisivamente a situação macroeconómica do país, que reduziu o nível do consumo e, consequentemente, a produção de resíduos.

**Figura 11 - Resíduos urbanos per capita (kg/hab)
por países da UE-28**



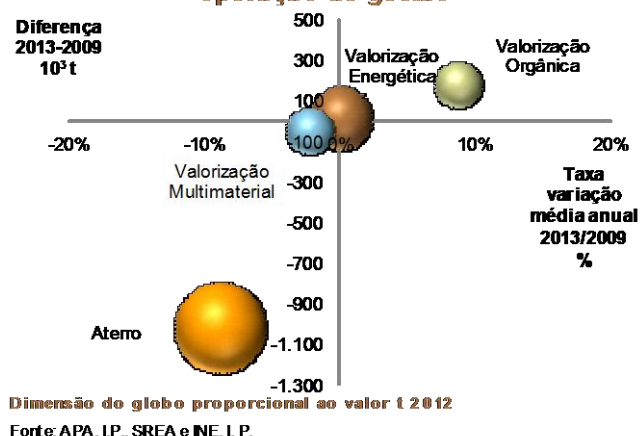
Fonte: EUROSTAT

No que respeita aos resíduos urbanos gerados por habitante, Portugal produziu em média 440 kg em 2013, o que equivale a uma produção diária de cerca de 1,2 kg/habitante/dia. A comparação com os parceiros da UE-28 para o ano de 2012 coloca Portugal abaixo da média comunitária em cerca de 47 kg. Dinamarca, Chipre, Luxemburgo e Alemanha são os Estados-Membros que mais resíduos urbanos geram *per capita*, qualquer deles acima dos 600 kg. No extremo oposto posicionam-se os Estados Membros Roménia, Estónia, Letónia e República Checa, qualquer deles com uma produção de resíduos inferior, em mais de metade, aos países que lideram a tabela.

A UE-28, com uma capitação média de 487 kg/habitante/ano, tem como Estados Membros mais próximos deste valor, a Grécia com 503 Kg/hab/ano e o Reino Unido com 472 Kg/hab/ano.

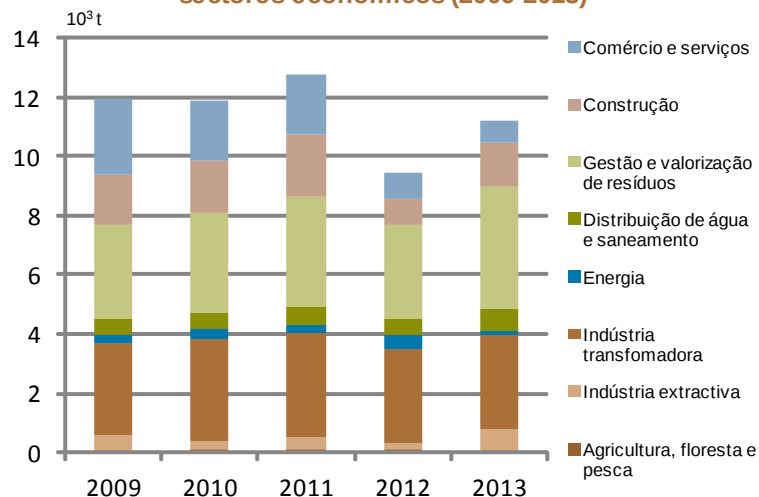
Não obstante a redução significativa e a tendência progressiva para o decréscimo das quantidades de resíduos eliminados em aterro no período 2009-2013 (redução média anual de 8,7%), em 2013 cerca de 50% dos resíduos geridos foram encaminhados para aterro. Neste último ano, as quantidades remetidas para valorização orgânica e valorização multimaterial somaram um total de 1,2 milhões de toneladas, aproximadamente 26% do total de resíduos.

**Figura 12- Resíduos urbanos recolhidos por
operação de gestão**



No período 2009-2013, as diversas atividades económicas em Portugal movimentaram cerca de 57 milhões de toneladas de resíduos sectoriais. Em 2013, a estimativa apurada aponta para um valor de produção de 11,2 milhões de toneladas, verificando-se um crescimento de 18,5% relativamente ao valor registado no ano 2012, contrariando a tendência de decréscimo que se estimou para o biénio 2011-2012.

Figura 13 - Estrutura de resíduos sectoriais gerados por sectores económicos (2009-2013)



Fonte: APA, I.P., INE, I.P., SREA e DRA dos Açores.

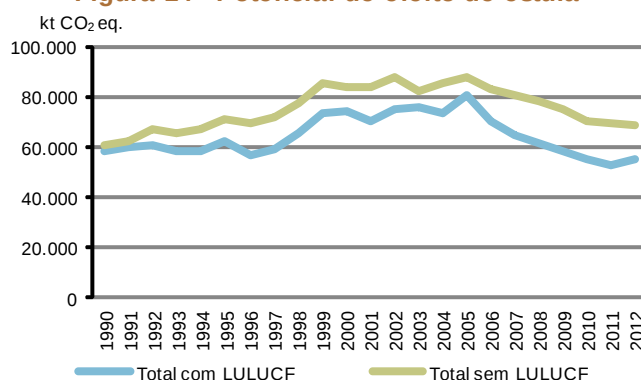
Em termos estruturais, no período 2009-2013, verifica-se que a proporção e significado dos diversos setores não se modifica substancialmente ao longo dos 5 anos, com exceção do setor de gestão e valorização de resíduos, que aumenta quase 10 p.p. de uma proporção de 26,9% em 2009 para 36,7% em 2013, o que em parte será sinónimo de um aumento de ocorrência de transferências de resíduos entre diversos operadores antes da valorização ou eliminação final.

Contrariamente, o setor de comércio e serviços decresce de uma proporção de 21,3% para 6,7% em 2013 (-14,6 p.p.).

As emissões provenientes da atividade agrícola têm vindo continuamente a baixar assim como as provenientes do setor energético, que apresentou uma taxa de crescimento média anual negativa de 4,2% no período 2005-2012, mantendo contudo praticamente inalterado o seu elevado contributo para o total de emissões sem LULUCF (sigla inglesa: LULUCF, *Land Use, Land-Use Change and Forestry*). Destaca-se pela negativa o desempenho do setor dos resíduos que evoluiu a uma taxa média de crescimento anual de 1,4% desde 1990.

Após um período (1990-2005) marcado pelo crescimento do potencial de efeito de estufa (somatório dos três principais gases de efeito de estufa: dióxido de carbono, o óxido nitroso e metano) com e sem LULUCF, deu-se início em 2005 a uma inflexão desta tendência, com a emissão dos GEE a decrescer a um ritmo anual de 5,6% (com LULUCF) e 3,6% (sem LULUCF) no período 2005-2012. Em 2012, as emissões de gases de efeito estufa sem LULUCF foram cerca de 67 039 kt de CO₂eq (67 780 kt de CO₂eq em 2011) e com LULUCF foram de 53 590 kt de CO₂eq (51 371 kt de CO₂eq), o que resulta de um sequestro líquido de 13 450 kt de CO₂eq por parte do setor LULUCF (16 409 kt de CO₂eq). Desta forma a diminuição do sequestro líquido ocorrida em 2012, a mais baixa desde 2006, indicia uma desaceleração do ritmo de decréscimo do potencial de efeito de estufa.

Figura 14 - Potencial de efeito de estufa

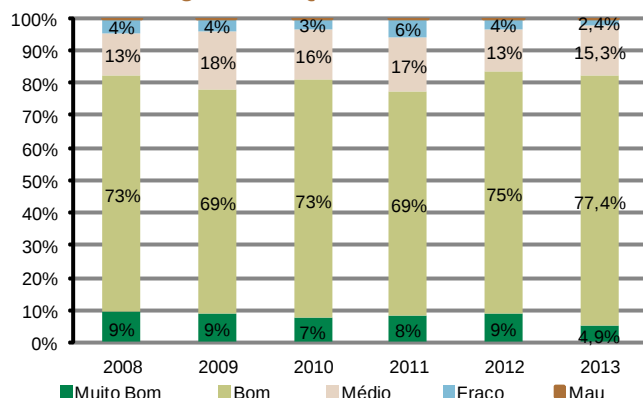


Nota: Inclui CO₂, CH₄ e N₂O

Fonte: APA, I.P.

Manutenção em 2013 dos indicadores positivos para a qualidade do ar e da água para consumo. Na relação entre a geração de riqueza e o consumo de recursos naturais e materiais, o ano de 2013 caracterizou-se pela desmaterialização e desnitrificação. Em 2012 (último ano de informação disponível para as emissões) constata-se que não houve descarbonização da economia.

Figura 15 - Qualidade do ar



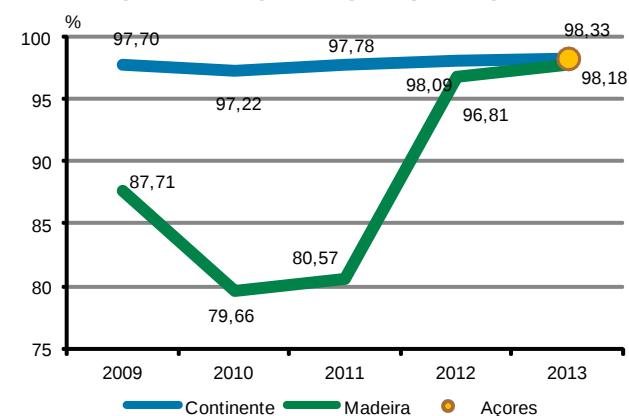
Fonte: APA, I.P.

O índice de qualidade do ar traduz a qualidade do ar em Portugal, no qual são considerados poluentes como o dióxido de azoto (NO₂), o ozono (O₃) e as partículas inaláveis com diâmetro inferior a 10 µm (PM₁₀).

Em 2013, 77,4% dos dias apresentaram qualidade do ar “bom” e 15,3% qualidade “médio”. Estas duas classes de qualidade foram igualmente dominantes nos restantes anos da série em análise. O ano de 2013 ficou marcado pela mais baixa proporção de dias com qualidade “muito bom” da série temporal em análise (4,9%).

De acordo com os dados mais recentes sobre o controlo da qualidade da água para consumo humano, é possível pela primeira vez disponibilizar o indicador de Água Segura representativo para Portugal no ano de 2013 e que se estima em 98,2%. Ao nível regional temos em primeiro lugar a Região Autónoma dos Açores (disponibiliza dados pela primeira vez) com o resultado de 98,33% de água segura, seguido do Continente com 98,27% e depois a Região Autónoma da Madeira com 97,80%.

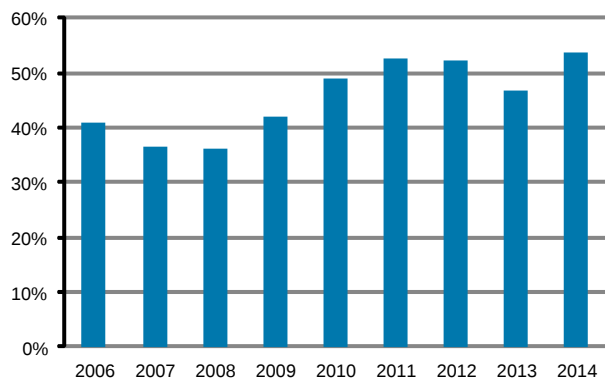
Figura 16 - Água Segura por regiões



Fonte: ERSAR, DROTA e ERSARA

Desde 2010 que o indicador tem apresentado no Continente e na Região Autónoma da Madeira uma convergência sustentada culminando no ano de 2013 com uma aproximação quase plena da Madeira com as restantes regiões. Em termos comparativos, no quadriénio 2010-2013, assinala-se um aumento de 0,96 p.p. no Continente e de 18,10 p.p. na Região Autónoma da Madeira, podendo afirmar-se que a água na torneira é genericamente de boa qualidade.

Figura 17 - Percentagem de praias com bandeira azul

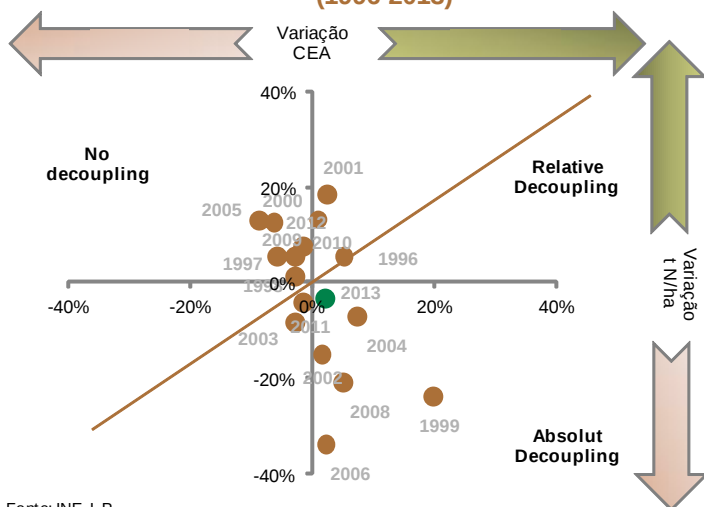


Fonte: ABAE

Em 2014, Portugal apresentou o maior número de bandeiras azuis do período em apreço. As 298 praias hasteadas este verão correspondem a 53,5% do total de praias classificadas, a maior proporção dos últimos doze anos. Em termos de regiões hidrográficas, destacam-se as regiões do Algarve e Norte pelo maior número de bandeiras azuis hasteadas e as regiões do Alentejo e do Centro por serem as que, em termos relativos face a 2003, maior número de galardões conquistaram.

Tendo em conta a interação existente entre a atividade económica e o meio ambiente, torna-se necessário medir a eficiência das produções e consumos ambientais e dos recursos naturais. A monitorização das tendências para a dissociação dos recursos (decoupling na terminologia inglesa) da atividade económica é uma das abordagens utilizadas para medir a pressão sobre o meio ambiente.

Figura 18 - Balanço do Azoto vs Produção Agrícola (1996-2013)

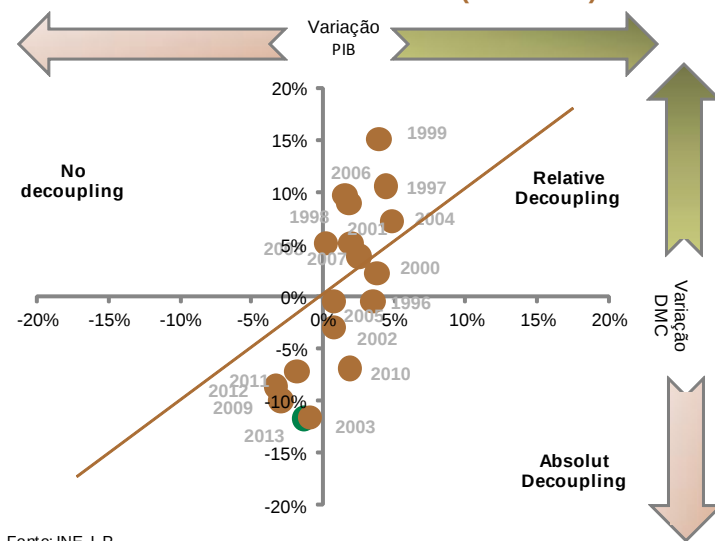


Fonte: INE, I. P.

Em 2013 verificou-se uma desnitrificação, isto é, um decréscimo no balanço do azoto por hectare (-3,3%), mas uma evolução positiva da produção agrícola (+2,2%). Apesar de se verificar uma dissociação absoluta entre o balanço do azoto e a produção agrícola neste ano, ao longo do período em análise várias são as situações identificadas não sendo possível identificar uma tendência clara de dissociação.

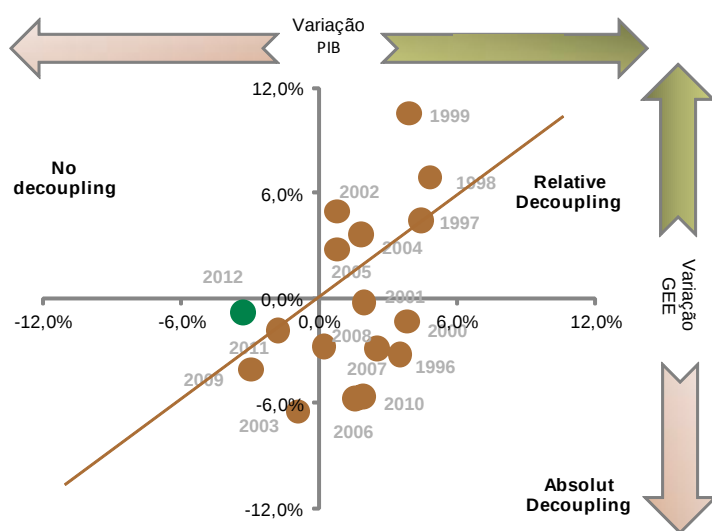
Por seu lado, o consumo interno de materiais (DMC) revela uma desmaterialização relativa em 2013 face ao PIB, com um decréscimo de 11,7% face a 2012, para uma redução de 1,4% do PIB. Também nesta situação não se verifica uma tendência clara para a dissociação entre o crescimento do PIB e a variação do consumo de materiais. No entanto, entre 1996 e 2000 predominou a dissociação relativa e a não dissociação destas grandezas, enquanto a dissociação absoluta das duas grandezas ocorreu após o ano 2000.

Figura 19 - Variação do PIB, DMC e Produtividade dos recursos na economia (1996-2013)



Fonte: INE, I. P.

Figura 20 - Variação do PIB e emissões de CO₂ (1996-2012)

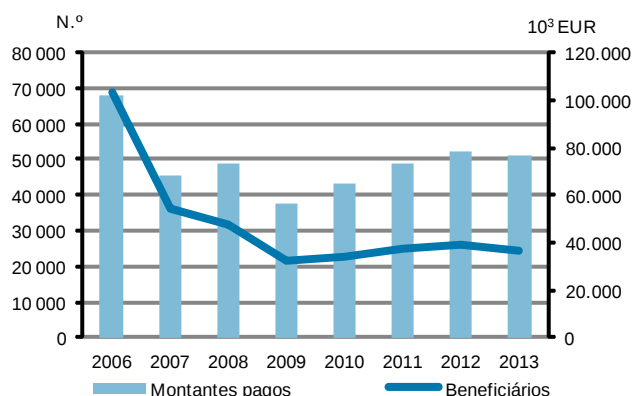


Fonte: INE, I.P. ; APA, I.P.

Relativamente às emissões de GEE, verificou-se em 2012 uma variação negativa de 0,8%, menos acentuada quando comparada à do PIB (-3,3%), o que corresponde a uma situação de não dissociação. Na maioria dos anos da série em análise, no entanto, verifica-se dissociação, absoluta ou relativa, entre a variação do PIB e as emissões de GEE.

A resposta da sociedade às pressões sobre o ambiente passa pela formulação de medidas políticas, tais como normas legais, taxas e benefícios fiscais e disseminação da informação ambiental.

Figura 21 - Beneficiários das Medidas Agro-Ambientais e montantes pagos



Fonte: IFAP, I.P.

O Regulamento (CE) n.º 1698/2005, do Conselho, de 20 de setembro, estabelece as regras gerais do apoio ao desenvolvimento rural sustentável e tem como objetivo, designadamente, a melhoria do ambiente e da paisagem rural.

As medidas agroambientais visam promover a adoção de formas de exploração das terras agrícolas com benefícios ambientais ao nível da água, do solo e do ar e a utilização sustentada dos recursos genéticos autóctones. Em 2013, cerca de 24 mil agricultores (26 mil em 2012) receberam apoios no âmbito das Medidas Agroambientais (MAA) do

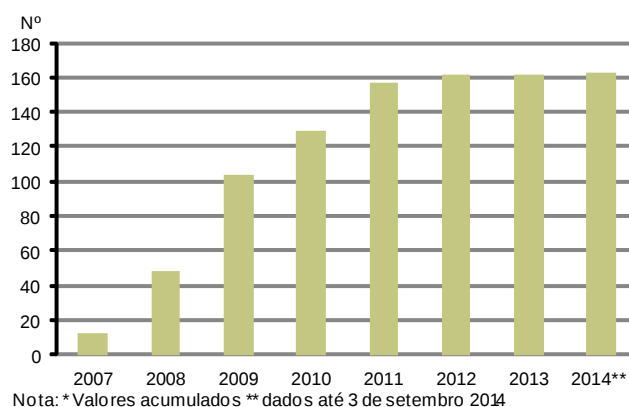
PRODER/PRODERAM/PRORURAL (Programas de Desenvolvimento Rural nacionais, RURIS/PDRu Açores/PDRu Madeira – 2000-2006 e PRODER/PRODERAM/PRORURAL – 2007-2013), num total de 77 milhões de euros (78 milhões em 2012).

Desde o início dos programas nacionais de desenvolvimento rural que a adesão tem vindo a diminuir, quer em número de beneficiários, quer em montantes pagos. Em 2013 foram 24 477 os beneficiários destas medidas (-44 159 que no início do programa e -1 404 que em 2012) que auferiram um montante de 76,9 milhões de euros (-24,8 milhões que no primeiro ano de adesão e -1,4 milhões que em 2012). Comparativamente a 2012, o decréscimo nos montantes pagos incidiu em particular nas medidas “Modo de produção integrada” e “Modo de produção biológico” com decréscimos de 1,3 milhões euros e 1,1 milhões de euros, respetivamente. Para esta situação contribuiu a redução do número de beneficiários que se verificou em cada uma destas medidas, -8,7% e -9,9% respetivamente.

As Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) têm como objetivo a integração das diferentes vertentes da política para os espaços florestais e, especialmente, em regiões afetadas por agentes bióticos e abióticos e que necessitem de um processo rápido de recuperação (Decreto-Lei n.º 15/2009).

Em 2014 estavam constituídas 163 ZIF, mais 1 que em 2013 e mais 151 relativamente a 2007. O número de ZIF constituídas no Continente registou um crescimento acentuado até 2012 (taxa média de crescimento anual de 68,3%), ano a partir do qual o número de ZIF apresenta uma tendência para a estabilização.

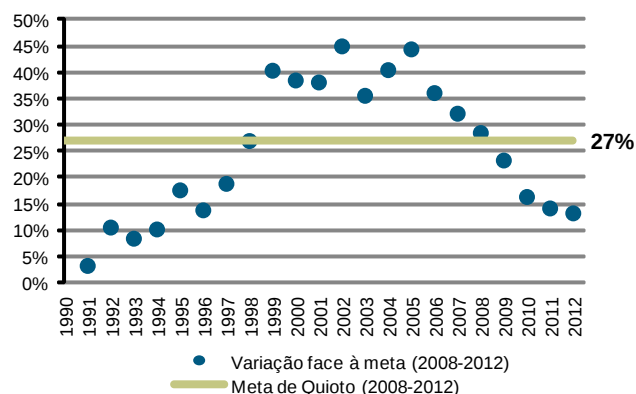
Figura 22 - Número de ZIF constituídas* em setembro 2014



Nota: * Valores acumulados ** dados até 3 de setembro 2014

Fonte: ICNF, I. P.

Figura 23 - Taxa de variação das emissões de GEE face à meta

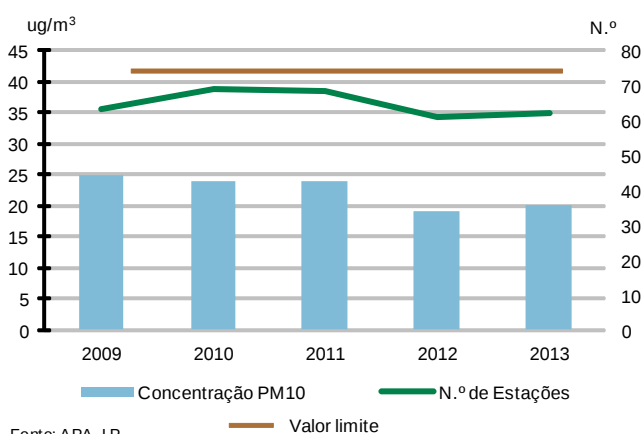


Ao abrigo do Protocolo de Quioto e do acordo da partilha de responsabilidades, Portugal deverá limitar em 27% o aumento das emissões de GEE, no período 2008-2012, face ao valor de referência ajustado a partir do registo de 1990.

Tendo em conta este limiar, verifica-se que, entre 1999 e 2008, as emissões de GEE ultrapassaram a meta estipulada. Contudo, desde 2009 que o nível de emissões se encontra abaixo da meta. Em 2012, a taxa das emissões face à meta era de 13%, superando a meta em 12 p.p., o que corresponde a um nível de emissões superior em apenas 15% ao valor registado em 1990.

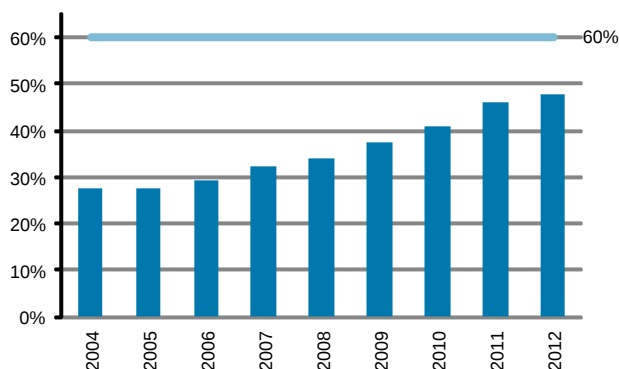
As partículas inaláveis, e com potencial para causar efeitos nocivos na saúde, podem provir de fontes naturais (erupções vulcânicas, incêndios florestais, pólen, transporte atmosférico de partículas provenientes de regiões áridas) e antropogénicas (indústrias, pedreiras, transportes). Para a proteção da saúde humana, de acordo com o Decreto-Lei nº 102/2010, de 23 de setembro, não é permitido ultrapassar o limite de $40 \mu\text{g}/\text{m}^3$ da concentração média anual de PM_{10} .

Figura 24 - Concentração média anual e estações de monitorização de PM_{10}



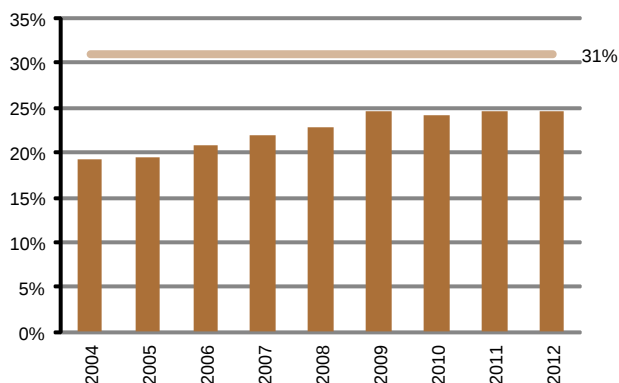
Relativamente às partículas inaláveis com diâmetro inferior a $10 \mu\text{m}$, constatou-se um aumento de 5,3% da concentração média anual deste poluente, entre 2012 e 2013. Contudo, verifica-se que, no período de 2009 a 2013, as concentrações médias anuais estiveram muito abaixo daquele limite, situando-se nos $20 \mu\text{g}/\text{m}^3$ em 2012.

Figura 25 - Contribuição de fontes endógenas renováveis para a produção de eletricidade face à meta



Fonte: EUROSTAT

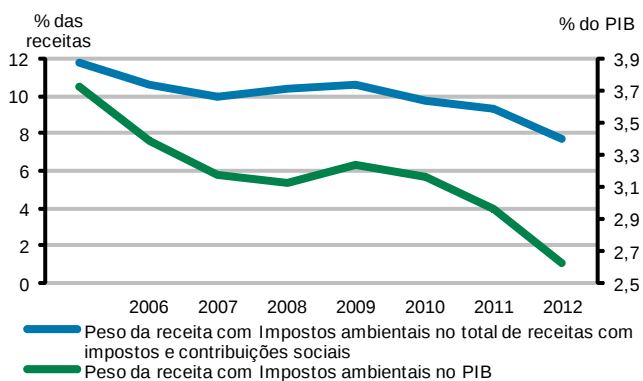
Figura 26 - Contribuição de fontes endógenas renováveis para o consumo final bruto de energia face à meta



Fonte: EUROSTAT

Em 2012, 47,6% da eletricidade produzida e 24,6% do consumo final bruto de energia, segundo metodologia Eurostat, resultaram de recursos endógenos renováveis (em 2011 estes indicadores foram respetivamente 45,9% e 24,5%). De referir que o objetivo para 2020 é que 60% da eletricidade produzida e 31% do consumo final bruto de energia resultem de recursos endógenos renováveis.

Figura 27 - Total dos impostos com relevância ambiental

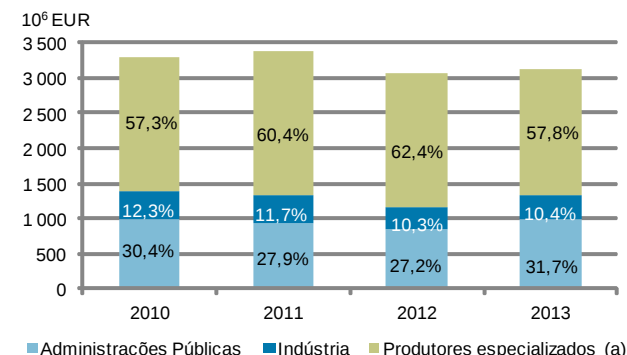


Nota: Para efeitos de comparação, em 2006, foram agregados todos os antigos impostos que foram substituídos pelo Imposto Único de Circulação (o imposto municipal sobre veículos, o imposto de circulação e o imposto de camionagem).

Fonte: INE, I. P.

A carga tributária com impostos ambientais fixou-se nos 5 mil milhões de euros, representando o valor mais baixo para o período compreendido entre 2006 e 2012. Ao longo deste período, a redução da receita fiscal com estes impostos superou os mil milhões de euros (1 152 milhões de euros). Em 2012, o valor observado foi inferior em 9,7% ao registado em 2011, redução que foi mais intensa que a observada para a totalidade da receita de impostos e contribuições sociais (variação de -6,1%).

Figura 28 - Despesas em proteção do ambiente por setores

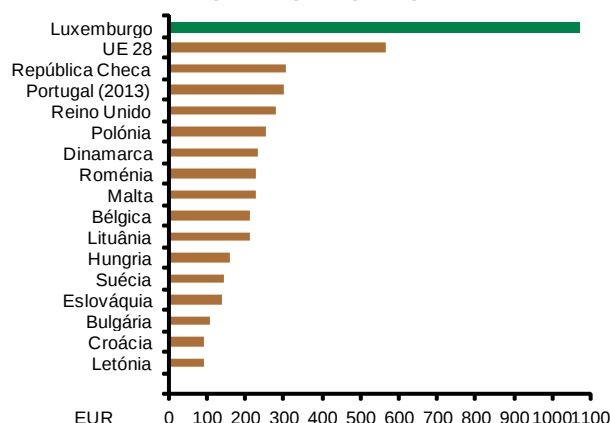


(a) 2013 Pe.
Fonte: INE, I. P.

As despesas (correntes e de capital) com a proteção do ambiente aplicadas pelas Administrações Públicas, indústria (extrativa, transformadora, eletricidade, gás e água) e produtores especializados (empresas públicas e privadas especializada em serviços ambientais, como a recolha de resíduos e saneamento de águas residuais) totalizaram 3,1 mil milhões de euros em 2013, mais 1,8% que em 2012. Comparativamente a 2012, as despesas das Administrações Públicas e da indústria aumentaram, respetivamente, 18,5% (992 milhões de euros) e 3,0% (326 milhões de euros), ao contrário dos produtores especializados que diminuíram 5,8% (1 806 milhões de euros).

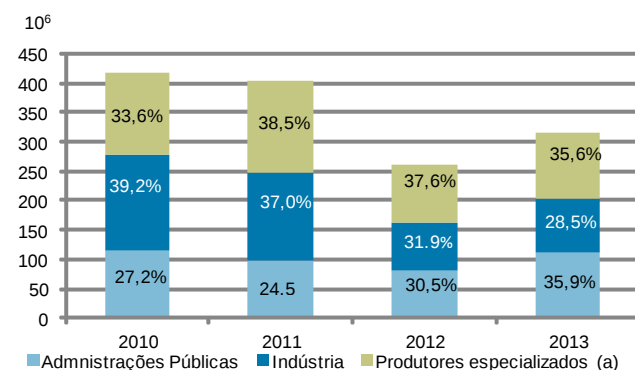
Em 2012, as despesas em ambiente/habitante/ano totalizaram 299 euros, pouco mais de metade da UE-28, cujo indicador ascendeu a 566 euros/habitante/ano. No conjunto dos países comunitários para os quais existe informação disponível, Portugal surge atrás do Luxemburgo que apresenta uma despesa 3,6 vezes superior à de Portugal e quase duas vezes superior à média da UE-28.

Figura 29 - Despesas em proteção do ambiente per capita (2012)



Fonte: EUROSTAT.

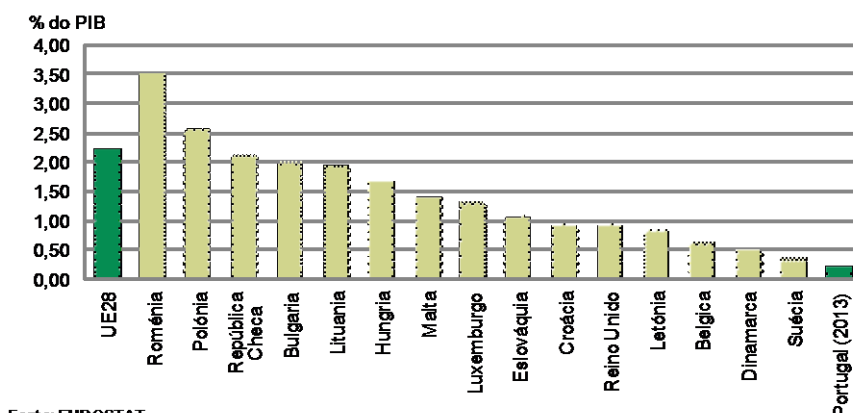
Figura 30 - Investimentos em proteção do ambiente por setores



(a) 2013 Pe.
Fonte: INE, I. P.

Em 2013 verificou-se uma recuperação do investimento nas atividades de proteção do ambiente em todos os setores, com um acréscimo de 21,0% face a 2012. As Administrações Públicas registaram um aumento de 42,5%, os produtores especializados 14,5% e a indústria de 8,2%. No entanto, apenas as Administrações Públicas atingiram o nível de investimento próximo de 2010 com 113 milhões de euros, em oposição aos produtores especializados que reduziram 29 milhões de euros (112 milhões de euros em 2013) e a indústria com menos 74 milhões de euros (90 milhões em 2013).

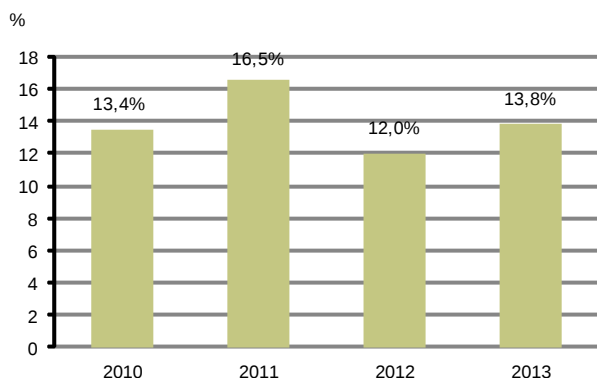
Figura 31 - Investimentos em proteção do ambiente (2012)



Fonte: EUROSTAT.

A nível de investimento em ambiente em percentagem do PIB, Portugal posicionou-se na última posição com 0,19% do PIB, muito abaixo da média europeia que se situou nos 2,20% do PIB. A importância do investimento ambiental em percentagem do PIB é consideravelmente mais elevada nos países da Europa Central e Balcãs o que estará relacionado com as últimas adesões à UE-28, uma vez que esta exigiu contrapartidas que se refletiram em despesas com ativos fixos, necessárias para cumprir a legislação ambiental Europeia.

Figura 32 - Empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente



Fonte: INE, I.P.

No período 2010-2013, a adesão do parque empresarial à adoção de medidas de proteção ambiental no processo produtivo foi inconstante, apresentando um pico em 2011 com 16,5% de empresas, para no ano seguinte diminuir para o nível mais baixo da série. Em 2013, a proporção de empresas que adotaram medidas de proteção ambiental aumentou 2 p.p. face a 2012, ultrapassando o nível de 2010, com 13,8% das empresas a apresentarem este tipo de compromisso.

Figura 33 - Taxa de execução do QREN em operações de ambiente



Fonte: INE, I. P.

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), no período 2007-2013, tem por objetivo estratégico a qualificação dos recursos humanos, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sociocultural e de qualificação territorial. A prossecução deste propósito é concretizada através do Programa Operacional de Valorização do Território (POVT) e dos Programas Operacionais

Regionais. Até final de julho de 2014 foram aprovadas operações de investimento associadas ao ambiente que ascenderam a 3 746 milhões de euros, 9,7% dos 38 746 milhões de euros dos investimentos totais aprovados no âmbito das operações financiadas pelo programa QREN 2007-2013. O montante do fundo executado correspondente a operações de ambiente ascendeu a cerca de 2,7 milhões de euros, 71,0% do total do investimento aprovado. A taxa de execução no final de julho de 2014 era de 64,2% que compara com 55,5% no final de 2013.

Notas Explicativas:

Impostos com relevância ambiental - Para efeitos de comparação, em 2006, foram agregados todos os antigos impostos que foram substituídos pelo Imposto Único de Circulação (o imposto municipal sobre veículos, o imposto de circulação e o imposto de camionagem).

Modelo DPSIR (Driving forces – Pressures – State – Impact – Response, ou seja, Forças- Motrizes – Pressão – Estado – Impacte Resposta) foi desenvolvido pela Agência Europeia do Ambiente e tem por base uma análise sistémica das relações entre o sistema ambiental e o sistema humano e económico, refletindo a interação entre estes sistemas numa base de causa/efeito (EEA, 1999).

Decoupling - conceito utilizado para exprimir o crescimento económico sem aumento da pressão sobre o meio ambiente.

O índice de Preços no Consumidor (IPC) mede a evolução temporal dos preços de um conjunto de bens e serviços representativos da estrutura de despesa de consumo da população residente em Portugal. É importante ter presente que o IPC não é um indicador do nível de preços mas antes um indicador da respetiva variação.